

CULTURA

Tomada de Posição - 2023



ÍNDICE

A Situação da Cultura	3
Trabalhadores da Cultura	8
Propostas para a Cultura	10

A Situação da Cultura

O Conselho Nacional de Juventude, com estatuto jurídico aprovado em Assembleia da República pela Lei 1/2006, é a plataforma representativa da juventude em Portugal, composta por organizações das mais diversas expressões do associativismo juvenil (culturais, ambientais, escutistas, partidárias, estudantis, sindicalistas e confessionais).

O tema da Cultura, i.e., do acesso à cultura, à fruição cultural, mas, também, à sua criação, tem vindo a ganhar centralidade, muitas vezes não se avançando com posições ou propostas que resolvem os problemas de fundo do sector.

O CNJ com esta tomada de posição visa definir as suas linhas gerais de intervenção no tema, apresentando uma visão para os atuais problemas do setor, estando cientes da responsabilidade de representar e defender os interesses da juventude.

Quando falamos de cultura não pensamos apenas nas chamadas “indústrias culturais”, mas no conjunto daquilo que a criatividade humana produz com características próprias. Coloca-se, num cenário de enfraquecimento da produção cultural a nível nacional, designadamente produção que se desenvolva para além das indústrias culturais”, contrapor diversidade à homogeneização, tendência dos últimos anos. Este aspeto assume grande centralidade designadamente pela necessidade de defesa da identidade nacional, em que a cultura assume um papel. Esta posição decorre do entendimento do CNJ sobre a Cultura, como tomada de consciência do Homem na sociedade, do seu papel e das suas capacidades. A fruição cultural assume-se como decisiva ferramenta para a elevação de uma consciência que vise sempre o melhoramento das condições do viver, suas e dos outros.

A situação da cultura hoje é marcada, de um ponto de vista geral, pela crescente mercantilização da cultura e pela necessidade de responsabilização do Estado.

Ao longo das últimas décadas, o financiamento da cultura não tem dado resposta às necessidades do setor. Um subfinanciamento que leva à degradação da cultura em sentido amplo, colocando dificuldades à criação e produção cultural bem como à conservação de bens e instituições culturais e, consequentemente, afastando a cultura e a fruição cultural dos portugueses.

Identifica-se, com preocupação, uma tendência à desresponsabilização do Estado central, transferindo os seus encargos para as autarquias locais. A desresponsabilização do Estado central contrasta de forma significativa com o que as autarquias locais têm feito, ultrapassando em grande medida as suas competências para garantir condições de acesso à cultura. Vale, neste plano, lembrar que a Constituição da República Portuguesa, no seu Art. 73.º, incumbe o

Estado de promover e democratizar a cultura, "incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural", o que não tem sido cumprido por muitas décadas.

A entrega do setor apenas ao mecenato, com todas as consequências que daí decorrem, tem vindo a elitizar a produção cultural, assim como, de forma particularmente perniciosa, tem promovido o afastamento das camadas populares dessa produção cultural. Aspeto esse que se aprofunda ainda mais com a falta de apoios ao Movimento Associativo Popular (MAP), que, em partes significativas do nosso país, constituem um importante dinamizador cultural das regiões, cidades ou bairros. Destaca-se aqui o papel que o MAP desempenha na difusão e fruição cultural, com particular destaque para áreas como as bandas filarmónicas, o teatro amador, o folclore e etnografia, o cineclubismo, a dança, entre outras.

O movimento associativo popular (MAP) é um setor, designadamente na área cultural, negligenciado e atingido pelas dificuldades económicas em geral. Algumas Associações são também prejudicadas pela atual lei do arrendamento, dificultando a fixação das associações junto dos seus associados.

Ao nível do Estado central, as verbas dedicadas à Cultura em sede de Orçamento de Estado são divididas em dois investimentos. Apesar de se ter anunciado o maior aumento de sempre para a Cultura, destacamos que, em 2022, apenas 0,43% se destinava à Cultura, sendo que é comum, ainda, recorrer-se à cativação de verbas. O aumento de verbas do PRR marca este OE, visto que fora o PRR o aumento é de apenas 25 milhões de euros. Destacamos ainda que dos 760 milhões de euros, 256 milhões destinam-se à RTP.

Olhando para cada um dos subsetores melhor se comprehende a situação. No setor da Dança e do Teatro a precariedade e a instabilidade marcam a situação de quem dela procura viver. Regista-se um conjunto de encerramentos de estruturas, devido à falta de apoio da DGArtes, que tem levado à concentração das poucas estruturas nas grandes zonas urbanas. Para o setor da Dança e do Teatro exige-se superar o sistema concursal, competitivo e burocrático, que coloca em segundo plano o real apoio a estas estruturas. Nos últimos anos criou-se o estatuto do bailarino profissional, mas que é insuficiente para a fixação dos direitos laborais da categoria.

A mercantilização da cultura desenvolve-se de forma particularmente mais danosa no setor da Música, em que as grandes companhias condicionam o surgimento de novos músicos. Verificam-se remunerações cada vez mais baixas, remunerações essas dependentes, muitas vezes, das bilheteiras, do consumo ou até mesmo do dinheiro recolhido com a música de rua. Ainda neste setor, é de notar a falta de espaços, designadamente com condições técnicas para a realização de ensaios ou criação.

Ao nível do Património, a política das últimas décadas tem deixado o património

cultural perto do abandono devido ao subfinanciamento e, com isso, à falta de trabalhadores. Destacam-se aqui os Museus, Palácios, Monumentos Nacionais, etc. No quadro do processo de transferência de competências que se desenvolve, o Estado procura transferir os encargos da manutenção e gestão do Património para as Autarquias Locais, que não é acompanhada com o devido financiamento. Importa criar um Plano de Emergência para a recuperação do património, conduzido pelo Estado. Destacamos ainda que a resolução deste problema não passa pelo pela criação de ainda mais mecanismos de gestão do património com mecenas e privados, mas sim o investimento, de emergência, do Estado.

Destaca-se ainda neste plano a parca valorização do Património Cultural Imaterial, que se consubstancia na falta de meios da DGPC (Direção Geral do Património Cultural), colocando em causa costumes importantes para as identidades regionais e nacionais. É exemplo deste aspeto o Barro Preto de Bisalhães, que corre o risco de desaparecer como prática cultural. Torna-se uma exigência inserir este património imaterial no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, visando a sua valorização e abrir portas a financiamentos.

No Cinema destaca-se o subfinanciamento do setor, em especial da Cinemateca e no seu Arquivo Nacional da Imagem em Movimento, assim como no Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA). Este subfinanciamento coloca preocupações quanto à manutenção do arquivo do património cinematográfico português.

Ainda no cinema, o processo em curso é de rápida concentração do setor num punhado de grandes distribuidoras, quando se exigia uma promoção, do Estado, dos pequenos grupos. As salas de cinema passaram a localizar-se, na sua maioria, nos centros comerciais, que acompanhou o desaparecimento de cinemas históricos, caracterizados pela promoção de conteúdos nacionais e de outro tipo. A política orientada para o cinema tem vedado de forma ingratata a projecção da grande maioria do cinema português. As próprias características da gestão dos apoios da ICA não se coadunam com as características plurianuais da atividade cinematográfica, sintomático da máquina burocrática para o acesso a apoios públicos na área.

No que toca às Artes Plásticas, desenvolvem-se as tendências gerais partilhadas por todos os setores. As obras de artes são apenas olhadas como ativos financeiros, da qual decorre uma correspondente cotação de mercado. As artes plásticas passaram não a ter como fim a criação e fruição cultural, o objetivo de desenvolvimento de características intelectuais no indivíduo, mas sim como instrumento da financeirização.

No sector do Livro regista-se a total inexistência de política pública. Os processos de fusão de serviços e direções-gerais e o respetivo corte de pessoal, assim como a falta de financiamento para a renovação dos materiais das bibliotecas têm constituído verdadeiros recuos. Valoriza-se, contudo, a retoma das Bolsas de Criação literária. A política de edição, distribuição e comercialização do livro não

possui hoje contributo do Estado, estando totalmente entregue às opções das grandes editoras. A especulação e a gentrificação na habitação têm colocado sérios problemas no fecho de Livrarias históricas e alfarrabistas. Neste quadro, a Imprensa Nacional tem espaço para conduzir uma verdadeira política pública de edição e promoção do livro e da leitura, desde cedo. A situação de quem escreve, i.e., dos escritores é indeterminável, na medida em que são muito poucos aqueles que conseguem viver da escrita.

No que toca ao Ensino Artístico é de registar a parca oferta pública, registando-se apenas a existência de cerca de dez estabelecimentos de ensino. Importa destacar a dificuldade, neste quadro, do acesso ao ensino artístico, designadamente no que toca à aprendizagem musical, apesar de numa situação ligeiramente menos complexa, assim como na dança, artes visuais, audiovisuais e teatro. Regista-se ainda a complexa situação do ponto de vista de condições das escolas artísticas, assim como das condições de vida daqueles que são formados nelas, que a falta de financiamento geral para a cultura dificulta a perspetiva de exercer na sua área profissional.

Destacamos a preocupação ao nível da falta de meios e financiamento em geral da Escola Pública, mas com particulares consequências no Ensino Artístico, que impede a aquisição de materiais específicos das matérias lecionadas, materiais esses com custos avultados. A falta de investimento no Ensino Artístico tem como consequência mais grave o impedimento de centenas de estudantes de todo o país de prosseguirem estudos nesta vertente, devido à pouca oferta de Escolas Artísticas. Destaca-se, neste plano alguns exemplos mais conhecidos, tais como a situação do Conservatório de Música de Lisboa que até hoje ainda não tem espaço físico, ou até mesmo a Escola Superior de Dança que ainda hoje se encontra no espaço do ISEL, não tendo nem espaço físico, nem condições mínimas para o ensino da Dança.

Ao nível da Comunicação Social reforçamos a importância do papel do Estado por via do Serviço de Rádio e Televisão público. Exige-se garantir o financiamento exigido, designadamente à RTP e LUSA, eliminando os vínculos precários que dominam os vínculos laborais deste serviço público.

O reforço deste serviço é um imperativo para o garante da democracia e pluralidade de ideias, que decorre da exigência de cumprimento da Constituição da República Portuguesa, que pugna pela garantia da independência e liberdade dos órgãos de comunicação social do poder político e do poder económico, exige a valorização dos seus profissionais, a promoção da democracia nas redações, combate ao assédio laboral contra os jornalistas, mas também exige medidas que combatam a concentração da comunicação social.

Relativamente ao Concurso da DGArtes, para além das referências feitas acima, importa denunciar a falta de uma dotação financeira que dê resposta ao conjunto das candidaturas elegíveis, não obstante da necessidade de se rever critérios de

elegibilidade mais largos.

Foram 100 as estruturas culturais que, apesar de elegíveis e positivamente avaliadas, não receberam apoios por falta de orçamento. Os efeitos perniciosos que se desenvolvem são muitos, sendo exemplo de tal a situação da Seiva Trupe, com 50 anos de existência (em 2023), que decidiu suspender a sua actividade devido à exclusão dos apoios da DGArtes. Acrescenta-se, para efeito de exemplo, a situação da Jangada Teatro, que se encontra numa situação muito complicada pelo mesmo motivo.

O CNJ pugna por um novo modelo de financiamento, baseado na estabilização e regularidade dos apoios com a definição de objetivos de serviço público, assegurando a descentralização cultural, e suplantar o atual paradigma do modelo competitivo de financiamento da criação artística, que condena tantos artistas ao abandono do seu sonho e do uso dos seus talentos.

Exige-se ainda uma dotação extraordinária de verbas no concurso para apoios bienais, numa proporção semelhante ao aumento que se verificou nos quadrienais, de modo a repor o peso relativo de cada uma das modalidades de apoio. Reforço que tem que ter como base a disponibilização de verbas que garantam que todas as estruturas consideradas elegíveis sejam apoiadas.

Com esta caracterização ficam claras as consequências das décadas de opções políticas dos governos que não optam por um sério investimento na Cultura. É sintomático de tal desinvestimento, por sua vez, a falta de dados públicos sobre a matéria, que dificultam, por sua vez, elaborações mais concretas dos problemas do setor cultural perto do abandono devido ao subfinanciamento e, com isso, à falta de trabalhadores. Destacam-se aqui os Museus, Palácios, Monumentos Nacionais, etc. No quadro do processo de transferência de competências que se desenvolve, o Estado procura transferir os encargos da manutenção e gestão do Património para as Autarquias Locais, que não é acompanhada com o devido financiamento. Importa criar um Plano de Emergência para a recuperação do património, conduzido pelo Estado. Destacamos ainda que a resolução deste problema não passa pelo pela criação de ainda mais mecanismos de gestão do património com mecenas e privados, mas sim o investimento, de emergência, do Estado.

Destaca-se ainda neste plano a parca valorização do Património Cultural Imaterial, que se consubstancia na falta de meios da DGPC (Direção Geral do Património Cultural), colocando em causa costumes importantes para as identidades regionais e nacionais. É exemplo deste aspeto o Barro Preto de Bisalhães, que corre o risco de desaparecer como prática cultural. Torna-se uma exigência inserir este património imaterial no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, visando a sua valorização e abrir portas a financiamentos.

No Cinema destaca-se o subfinanciamento do setor, em especial da Cinemateca e no seu Arquivo Nacional da Imagem em Movimento, assim como no Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA). Este subfinanciamento coloca preocupações quanto à manutenção do arquivo do património cinematográfico português.

Trabalhadores da Cultura

A situação dos trabalhadores da cultura suscita, no CNJ e na sociedade, em geral, particular preocupação. Os estudos em torno do trabalho nas áreas da cultura evidenciam, quanto às relações laborais, o domínio da precariedade, com a chamada informalidade, a raridade da formalização de contratos, a curta duração dos vínculos (com ou sem contrato), contratos temporários e a tempo parcial. É uma situação generalizada em todo o setor.

Quanto aos rendimentos, o estudo do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL, Relações Laborais e Remunerações, destaca a premente precariedade e o fato dos rendimentos serem, depois de comparados, mais baixos do que na generalidade dos outros setores.

São apontadas outras características como a distribuição irregular no tempo e a existência de períodos mais ou menos longos sem qualquer retribuição. São aspetos associados ao trabalho ao projeto e à intermitência da atividade. Verifica-se, também, a necessidade destes trabalhadores não conseguirem dedicar o seu tempo integral à sua profissão, devido aos baixos rendimentos, acabando por procurar formas de completar rendimentos, designadamente recorrendo a trabalhos à peça fora do setor artístico.

Destacamos, ao nível da comunicação social, o estudo "Jornalistas e Condições Laborais: Retrato de uma profissão em transformação", de 2017, em que se evidenciava que mais de 60% dos jornalistas trabalhavam mais de 40 horas por semana e menos de 30% cumpriam as horas estipuladas no contrato de trabalho. Menos de 50% auferem menos de mil euros de salário; mais de 80% não progride na carreira há quatro anos, e outros 80% não recebiam o valor correspondente, exigido legalmente, pelas horas extraordinárias realizadas. Passados alguns anos, a situação desenvolveu-se em sentido negativo.

Garantir as condições de trabalho aos trabalhadores da comunicação social é um imperativo da defesa e promoção da democracia.

É ainda, com alguma perplexidade, que se vê a proliferação de vínculos precários no próprio Ministério da Cultura, na Direcção-geral do Património Cultural e nas Direções Regionais de Cultura. Generalizam-se ainda a utilização de bolseiros de investigação científica para o desempenho de actividades profissionais de permanência em museus.

Exige-se, neste plano, a criação de carreiras específicas para os trabalhadores dos museus, sítios arqueológicos e monumentos, assim como a resolução do problema da precariedade no setor público.

A falta de trabalhadores e consequente incapacidade do Estado responder às

necessidades do setor, redonda em enormes assimetrias regionais e no afastamento do objetivo de democratização da criação e fruição culturais.

Normaliza-se o trabalho gratuito em diversos setores, com a banalização da precariedade, instabilidade e incerteza, sob pretexto de serem as condições normais do setor. Assumimos, como posição, que, no sentido do progresso social, é a valorização dos trabalhadores da cultura que permite e fomenta a sua criação artística. Não podemos admitir que tantos artistas talentosos abandonem a profissão por impossibilidade de sobrevivência.

Se muitos trabalhadores do setor da cultura já se encontravam em situações precárias, a pandemia veio agravar, em muitos casos, essa situação e apesar de ter sido aprovado o Estatuto do profissional da cultura em 2022 (reivindicação das organizações representativas dos trabalhadores mais de 20 anos) as associações representativas do setor receiam que este venha a agravar a situação de precariedade. O estatuto não vem resolver alguns dos problemas que assolam os profissionais, como os recibos verdes, precariedade ou sobre-taxação. Este Estatuto acaba por normalizar a precariedade, continuando a ser mais vantajoso, para quem contrata, recorrer a recibos verdes, havendo normas do estatuto que se destacam por serem mais gravosas que as do código do trabalho.

A resolução dos problemas dos trabalhadores da cultura deve ter como eixo garantir a estabilidade, proteção social e os direitos laborais, assegurando contratos de trabalho, cumprindo o princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, assim como assegurar as proteções sociais devidas, tal como o CNJ tem vindo a pugnar. Assim, exige-se ponderar a solução destes problemas por via de legislação avulsa. Destacamos ainda como elemento essencial, no cumprimento das posições de fundo do CNJ, o reforço da contratação coletiva.

O reconhecimento do setor da cultura tem de obrigatoriamente passar pelo reconhecimento dos seus profissionais, pela estabilidade e valorização profissional, pelo direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, com remuneração integral e justa do trabalho realizado, em que se tenha em conta o tempo de conceção e preparação.

Propostas para a Cultura

O conjunto do documento indica linhas gerais para cada uma das preocupações do Conselho Nacional de Juventude. Colocam-se aqui aspetos mais gerais que importa concretizar.

A partir da caraterização realizada, do subfinanciamento crónico das funções socioculturais do Estado, da falta de política própria de incentivo à produção Cultural, do afastamento da cultura e da sua fruição das massas, em particular da Juventude, da precariedade e insegurança laboral presente nos vínculos (e na falta deles) dos trabalhadores da cultura, o que se coloca é assumir como desígnio nacional a promoção da produção e fruição culturais em toda a linha.

Se o que se coloca numa tomada de posição do CNJ em torno das questões da cultura é apresentar soluções e uma proposta que resolva o problema de fundo da cultura, há um conjunto de medidas importantes a equacionar, mas que não correspondem à superação dos problemas. Neste plano colocamos as seguintes necessidades:

1. Criação de um Serviço Público de Cultura, como medida de fundo;
2. 1% para a Cultura, visando atingir o 1% do PIB para a Cultura, tal como a UNESCO defende;
3. Criação de um Passe Cultura de acesso aos equipamentos públicos;
4. Atribuição de um Cheque Cultura para jovens para usufruto livre nos diversos setores culturais e artísticos;
5. Medidas de apoio financeiro, técnico e jurídico à atividade circense, orquestras, cineclubes, associações e coletividades;
6. Reforço das verbas da Cinemateca, ICA, DGartes, DGPC;
7. Verba Global para apoio às Artes no valor de 33,/M €;
8. Contratação de trabalhadores para a Direcção Geral de Património Cultural e Direções Regionais de Cultura;
9. Reforço do financiamento do Programa Nacional de Emergência do Património Cultural (PNEPC), do ProMuseus e Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA);

- 10.** Reforço do Programa Garantir Cultura;
- 11.** Promover a articulação dos programas culturais no território nacional;
- 12.** Reforço dos locais de estudo disponíveis para os estudantes de Artes, assim como o aumento do investimento no Ensino Artístico;
- 13.** Elaboração de uma política para o sector livreiro, com destaque para:
 - Construção de bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública nos concelhos onde não existam;
 - Reanimação do Plano Nacional de Leitura;
 - Redinamização e refinanciamento da Rede de Bibliotecas Escolares;
 - Produção de legislação que resolva os problemas dos trabalhadores da cultura;
 - Apoio às pequenas livrarias.
- 14.** Integração de todos os trabalhadores da cultura do setor privado e do setor público, incluindo os do Ministério da Cultura, com vínculos precários, garantindo que a um posto de trabalho permanente corresponde um vínculo de trabalho efetivo;
- 15.** Produção de legislação destinada aos trabalhadores da cultura, visando o fim da precariedade, a estabilidade e a valorização das carreiras;
- 16.** Reforço dos meios da ACT e da fiscalização do cumprimento dos direitos laborais dos trabalhadores da cultura;
- 17.** Garantir a existência de carreiras e necessária progressão para os trabalhadores da cultura, com a exigência de aumento dos salários.
- 18.** Reforço da contratação coletiva no setor, em que destaca a revogação das normas gravosas da legislação laboral, a introdução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e o fim da caducidade da contratação coletiva.

A reivindicação da dotação no OE de 1% do PIB para a Cultura assume, infelizmente, ainda hoje atualidade. Sendo que o objetivo, como recomenda a UNESCO, é o de 1% do PIB. Vale destacar a necessidade de dotar a Cultura com o financiamento necessário, não misturando o financiamento da RTP e do restante setor da Cultura. Destaca-se, neste quadro, como medida de fundo, capaz de ultrapassar décadas de atraso no quadro de uma política que dinamize a democracia na sua vertente cultural, profundamente associada à democracia política, a necessidade de criação de um Serviço Público de Cultura (SPC), condição para a responsabilização do Estado pelo desenvolvimento, democratização e liberdade cultural, inscritos na Constituição da República Portuguesa.

A criação de um Serviço Público de Cultura que não se limite a mera agregação e funcionamento articulado das estruturas públicas culturais, mas sim um verdadeiro serviço que seja garantia de independência e de ampla autonomia, pela promoção da liberdade artística, que contribua para uma identidade cultural diversa.

No plano da vida dos trabalhadores da cultura, o SPC é a condição para a estabilidade e melhoria das condições de vida destes trabalhadores, contribuindo, em última análise, para o melhor desenvolvimento do seu trabalho, seja este criativo ou não.

Um SPC que envolva todos os artistas e trabalhadores da cultura na sua edificação e desenvolvimento, por via de um processo de discussão democrático, que permita, também, apurar anseios e carências do setor. Deve ser sua tarefa coordenar todos os dispositivos do setor público, articulando-os com as características específicas da região onde atuam, explorando as suas potencialidades e necessidades específicas, da cultura popular, às tradições culturais locais até à produção artística.

A criação do Serviço Público de Cultura é um passo em frente no caminho que tem de ser feito para a democratização da Cultura, visando sempre o papel essencial que o Estado deve assumir na promoção do desenvolvimento integral do indivíduo, mas também do papel que deve assumir na promoção da identidade do país.

